



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA
COMUM PARA A EXECUÇÃO DE
REVITALIZAÇÃO DO PARQUE URBANO
ARNALDO WENTZ DE MORAES



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Objetivo: O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada e analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Projeto Executivo, de forma a melhor atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo no que tange a este processo.

A obra será custeada através de recursos oriundos do projeto nº SAM 65 - PARQUES E ÁREAS VERDES - PRIORIDADE Nº 79 - CONVÊNIO 577/2023 - PARANACIDADE/MUNICÍPIO, no valor de R\$ 1.500.000,00 (70,958%) e com contrapartida do município, através de recursos próprios, fonte (000), no valor de R\$ 613.918,39 (29,041%) conforme indicação orçamentária, a qual, fará parte do processo licitatório.

Objeto da contratação: Contratação de obra de engenharia comum, para a execução de REVITALIZAÇÃO DO PARQUE ARNALDO WENTZ DE MORAES, conforme condições especificadas no projeto executivo e demais elementos de engenharia.

Localização da Obra: A execução do objeto se dará no endereço:

- ESQUINA ENTRE A RUA PEDRO POLESE E A RUA LAGO DAS PEDRAS, Coronel Vivida, Paraná.

Titularidade do Terreno: Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Referência legal: Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 30 e seguintes do Decreto Municipal 8.266/2023.

Equipe de Planejamento/ou nome do servidor responsável pela elaboração do ETP:

HULYAN BOLSONI MINOSSO / ARQUITETO E URBANISTA

Servidor responsável pela elaboração do orçamento estimativo:

HULYAN BOLSONI MINOSSO / ARQUITETO E URBANISTA

DOUGLAS STRAPAZZON / ENG. CIVIL

Escolha da modalidade de licitação: CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, definida no Art. 28, Inciso II, c/c Art. 6º, Inciso XXXVIII, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia.

A contratação caracteriza-se como revitalização de espaço público de engenharia e arquitetura, de modo que a modalidade adequada para o processamento é a concorrência



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

na sua forma eletrônica, uma vez que o Art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.

Caracterização da obra de engenharia como comum: Obra pública é considerada toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem público. Ela pode ser realizada de forma direta, quando a obra é feita pelo próprio órgão ou entidade da Administração, por seus próprios meios, ou de forma indireta, quando a obra é contratada com terceiros por meio de licitação, como é o presente caso.

Em linhas gerais e com base em critérios exclusivamente técnicos, a equipe de engenharia da Divisão de Estudos e Projetos entende que a obra de REVITALIZAÇÃO DO PARQUE é caracterizada como obra de reforma comum de engenharia, pois o método e técnica executiva/construtiva, materiais e ferramentas empregados podem ser executados através padrões de desempenho e qualidade comum dentro do universo de licitantes com ramo de atividade compatível.

A Lei Federal nº 14.133, de 2021, em seu Art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;
[...]

XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea a deste inciso;

De acordo com a definição apresentada pelo IBRAOP¹, “obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil”.

As obras comuns de engenharia são, portanto, “aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes)”, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o DNIT elaboraram uma série de normativas técnicas, sendo possível acessar algumas normativas sobre o assunto de pavimentação e drenagem. Nessas normativas, há diversos parâmetros a serem analisados que determinam o desempenho e a qualidade, sendo todas amplamente analisadas na confecção do projeto executivo. Observamos também a lógica por traz da industrialização da construção civil. Quando um insumo pode ser produzido em larga escala, com controle tecnológico, há obrigatoriamente uma padronização em termos de qualidade/durabilidade. Considerando que o principal insumo da obra é um elemento industrializado (concreto usinado, aço, pavimento de concreto e tubos de pvc), entendemos que há o enquadramento da definição exposta acima sobre “obra comum de engenharia”.

Com base no conceito apresentado pela Lei nº 14.133/2021, uma definição plausível para obra comum de engenharia seria uma obra na qual a mão de obra e os materiais utilizados são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, os métodos construtivos têm

¹ IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

responsabilidade técnica assumida por qualquer arquiteto ou engenheiro com registro no conselho profissional, bem como os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte de quem vai executar a obra, o operário da construção civil.

Para a obra comum, acrescenta-se ainda parte da definição do serviço comum de engenharia, ou seja, a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, inclusive por ensaios tecnológicos, bem como a possibilidade de a especificação do objeto ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto.

Diante disso, por se revestir de caráter eminentemente técnico, de cunho fundamental, compete a equipe técnica definir a natureza do objeto, enquadrando-o como obra de engenharia comum.

Nesse aspecto e, de acordo com os elementos de engenharia, as técnicas, materiais e mão de obra a serem empregadas na REVITALIZAÇÃO DO PARQUE são padronizáveis e amplamente disponíveis e usuais no mercado, caracterizando como a presente contratação como “comum”.

Critério de julgamento “MENOR PREÇO GLOBAL”: Nos termos do Art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento menor preço.

Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O recebimento, aceitação e pagamento dos serviços obedecerá ao cronograma físico-financeiro prevendo etapas de entregas.

1. Área requisitante da contratação: A presente aquisição foi solicitada pela seguinte unidade demandante: Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo

Nome Requisitante: Mauro Busanello

2. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Lei nº 14.133/2021 - Art. 18, § 1º, I c/c § 2º e Decreto Municipal nº 8.266/2023 – Art. 34, Inciso I):



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

A revitalização de espaços públicos é uma necessidade premente que não pode ser negligenciada quando se considera o bem-estar da comunidade. Com o aumento da população e a evolução das necessidades urbanas, a modernização e melhoramento dos locais existentes se faz imprescindível, a fim de, atender adequadamente às demandas.

O projeto compreende uma qualificação de um espaço público existente e consolidado na cidade o PARQUE ARNALDO WENTZ DE MORAES, conhecido popularmente como “Lago Municipal” desta forma usaremos essa nomenclatura para nos referirmos ao objeto da obra descrito nos presentes elementos do projeto e neste.

A intenção principal da obra é qualificar o espaço do Lago Municipal com:

- Entroncamento da borda do lago maior e do lago menor (conforme projeto);
- Intensificação da arborização do parque;
- Criação de uma praça de chegada em uma área recém-adquirida pelo município;
- Qualificação do setor esportivo do parque com a adição de uma academia ao ar livre encima de um piso existente (atual “garrafão” de basquete);
- Adição de pisos em paver ao longo do setor esportivo e alguns pontos determinados nas plantas;
- Adição de equipamentos de playground para as crianças;
- Construção de um banheiro (masculino, feminino, PDC masculino e PCD feminino) para servir aos usuários do parque;
- Construção de 4 decks (finalidade de serem mirantes para a paisagem) com execução/montagem modular ao longo da pista do lago;
- Execução de um novo jardim de flores e permanência que será chamado de “jardim secreto”;
- Instalação de um chafariz luminoso dentro do lago;
- Instalação de mobiliário urbano (bancos);
- Adição de iluminação;

O projeto visa à qualificação da referida área, sendo a principal intenção, melhorar a qualidade do referido espaço público.

Além disso, a reforma desses espaços não apenas atende às demandas imediatas da população, mas também contribuem para a melhoria da qualidade de vida urbana.

A contratação das obras de engenharia comum para a execução das reformas é uma medida essencial para atender às necessidades da comunidade, não apenas uma questão de



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

conveniência ou preferência, mas sim uma necessidade crucial para promover o interesse público e bem-estar de todos os cidadãos, garantindo que todos tenham acesso a espaços públicos de qualidade.

Portanto, a obra deverá ser executada por empresa habilitada e deverá obedecer a todas as informações fornecidas na documentação em anexo, sem alterações, com o intuito de proporcionar maior agilidade para atender a demanda da municipalidade, acarretando o princípio da economicidade, o que justifica o interesse público e a necessidade da abertura do processo licitatório.

3. Requisitos da contratação (Lei nº 14.133/2021 e art. 18, § 2º c/c art. § 1º, III):

3.1. A obra será executada por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e nos demais documentos de engenharia;

3.2. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA / CAU), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

3.3. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

3.4. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e a administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como:

- a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
- b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para executar a obra, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
- f) Conceder aos trabalhadores da contratada, direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

3.5. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

3.6. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

3.7. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

3.8. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

3.9. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

3.10. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

3.11. A presente obra produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Os resíduos sólidos produzidos na execução da obra deverão ser armazenados e descartados adequadamente. Dentre o atendimento as legislações ambientais, estas medidas visam evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

- a) Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

b) Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados nos projetos e no memorial descritivo.

3.12. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção utilizando materiais reutilizáveis e recicláveis, madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros, destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a reforma da obra e adotar práticas sustentáveis.

3.13. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.

3.14. A contratada deverá dispor de equipamentos modernos e adequados para a execução do serviço, bem como uma equipe altamente capacitada e experiente. Os padrões de qualidade devem ser seguidos para garantir a resistência e durabilidade da estrutura, proporcionando segurança aos usuários.

3.15. A contratada deverá apresentar comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome do(s) profissional(is) que exercerá(ão) a função de responsável(is) técnico(s), comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, também, comprovando, a quantidade de 50% para revitalização de praças ou parques (1.486m²), mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional.

3.16. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a execução de obras com características similares ao objeto a ser contratado, também, comprovando, a quantidade de 50% para revitalização de praças ou parques (1.486m²).

3.17. Definição de cláusulas e condições para a execução da obra que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução da obra em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

Por fim, é de extrema importância que a execução da obra esteja em conformidade com todas as normas e regulamentações ambientais e de segurança do trabalho. Isso garante a



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

proteção do meio ambiente e a integridade física dos trabalhadores envolvidos no projeto. Com esses requisitos em mente, a contratação da obra para a execução da Revitalização do Parque será capaz de atender às demandas da população.

4. Estimativas das quantidades para a contratação (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 1º, IV c/c § 2º):

No presente caso, trata-se de execução de OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL ARNALDO WENTZ DE MORAES cujos quantitativos dos materiais e serviços a serem empregados na obra tem origem nos projetos e constam de forma discriminada na Planilha Orçamentária.

4.1. Cronograma Físico – Financeiro

O Cronograma físico-financeiro é um documento técnico necessário e deverá fazer parte do projeto e é elaborado em compatibilidade com as etapas definidas da obra, em consonância com os valores obtidos em planilha orçamentária, definindo para a execução das obras suas etapas e tempos necessários para execução e seus correspondentes valores, alinhando assim a execução física da obra com a financeira estimada para a obra.

5. Estimativa do valor da contratação (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 1º, VI c/c § 2º e Decreto Municipal nº 8.266/2023, Art. 34, Inciso IV):

O valor total estimado da presente contratação é de R\$ 2.113.918,39 (dois milhões e cento e treze mil e novecentos e dezoito reais e trinta e nove centavos), conforme tabela abaixo e a planilha orçamentária elaborada por profissional técnico da Divisão de Estudos e Projetos.

Lote/ Item	Descrição do Objeto	Custo estimado (R\$)
1	OBRA DE ENGENHARIA COMUM PARA A EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE ARNALDO WENTZ DE MORAES	2.113.918,39

A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados nos projetos e com os preços da tabela OrçaPAV do ParanaCidade, para os itens não presentes no banco de dados foram buscados nas planilhas SINAPI ou foi realizada consulta direta com empresas do ramo de atividades, correspondente ao objeto, através de solicitação de orçamentos.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação dos Projetos e Memorial Descritivo.

6. Justificativas para o parcelamento da contratação (Lei 14.133/2021 Art. 18, § 1º, VIII c/c § 2º Decreto Municipal nº 8.266/2023 e Art. 34, Inciso VIII):

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo** ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades.

Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União²:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria

² Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOP, 2009.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

O art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/21, dispõe que:

“§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

No presente caso, a contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa.

A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia REVITALIZAÇÃO DO PARQUE ARNALDO WENTZ DE MORAES, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação, ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

7. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (Decreto Municipal nº 8.266/2023, Art. 34, Inciso II):

Não existe previsão para o objeto deste no Plano de Contratações Anual, todavia o mesmo está alinhado ao Planejamento de Contratações do Município não havendo impedimento de licitar conforme Decreto 8.266/2023, alterado pelo Decreto 8.410/2024:

“Art. 221-C. “Poderão ocorrer licitações para contratação de itens que não estejam registrados no Plano de Contratações Anual - PCA desde que atendidos os requisitos de interesse público e conveniência.”

8. Levantamento de mercado (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

No âmbito da administração pública municipal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, bem como a construção ou revitalização e modernização de espaços públicos, como praças e parques, com o objetivo de dotar os órgãos públicos e munícipes de infraestrutura adequada para o desempenho de suas atividades.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação/espço verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

A revitalização do Parque Arnaldo Wentz de Moraes é essencial para promover a qualidade de vida da comunidade local e preservar a importância ambiental e cultural da área. Este parque, que desempenha um papel fundamental no lazer e na interação social dos cidadãos Vividenses, enfrenta a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de melhorias em algumas áreas.

- **Valorização do Espaço Público:** A revitalização irá transformar o parque em um espaço atrativo, incentivando a visitação e o uso por famílias, jovens e idosos. Um ambiente bem cuidado promove a convivência e o fortalecimento de laços comunitários.
- **Preservação Ambiental:** O parque é um importante refúgio de biodiversidade e ecossistemas locais. Com a revitalização, será possível implementar ações de



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

reflorestamento, manutenção da fauna e flora nativas e recuperação de áreas degradadas, contribuindo para a sustentabilidade da região.

- **Saúde e Bem-Estar:** Ambientes verdes são fundamentais para a saúde física e mental da população. A revitalização do parque proporcionará mais áreas para atividades físicas, caminhadas e práticas de lazer, impactando positivamente a qualidade de vida dos cidadãos.
- **Educação e Conscientização:** Um parque revitalizado pode servir como um espaço para atividades educativas e culturais, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação ambiental e a valorização do patrimônio local.

Portanto, a revitalização do Parque Arnaldo Wentz de Moraes não é apenas uma questão estética, mas uma necessidade urgente para o desenvolvimento social, ambiental e econômico da comunidade. Investir neste espaço é investir no futuro da nossa cidade.

9. Descrição da solução (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

A contratação destina-se a execução de obra/reforma do tipo convencional, com elementos definidos em projeto, que deverão prever todos os serviços a serem executados.

A solução de Revitalizar o Parque visa aprimorar significativamente suas instalações e serviços, atendendo às necessidades crescentes e variadas da comunidade, e inclui uma série de melhorias estruturais e funcionais que visam elevar a qualidade de uso e permanência no local.

O objetivo principal é promover a qualificação de um espaço público existente e consolidado na cidade o PARQUE ARNALDO WENTZ DE MORAES, conhecido popularmente como “Lago Municipal”.

Essas melhorias planejadas não apenas modernizarão as instalações do Parque, mas também contribuirão significativamente para a qualidade de vida oferecidos à comunidade, garantindo um ambiente propício para o cuidado e a promoção do bem-estar de todos os usuários.

Neste contexto, é imperativo seguir estritamente as normas e regulamentações de segurança, assim como os procedimentos ambientais aplicáveis. Isso não apenas garantirá a



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

proteção do meio ambiente, mas também assegurará a segurança integral dos trabalhadores envolvidos na execução do objeto.

Dessa forma, a solução desenvolvida é a contratação de empresa para a execução da REVITALIZAÇÃO DO PARQUE ARNALDO WENTZ DE MORAES, através do processo licitatório.

Trata-se de execução indireta e de obrigação de natureza não continuada, tem em vista que a reforma deve ser executada por um período predeterminado, conforme cronograma físico financeiro. A execução é considerada como contrato por escopo, em que o término da obra se extingue com a sua execução através do termo de recebimento definitivo e o regime de execução a ser adotado é empreitada por preço global, lembrando que, por tratar-se de intervenção em equipamento público existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto.

No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 12 meses para a sua conclusão.

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada em todos os elementos do projeto.

Por fim, a contratação de empresa para execução das obras de engenharia comum tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

A Revitalização do Parque Arnaldo Wentz de Moraes é um projeto estratégico que visa transformar e melhorar significativamente a qualidade de vida da comunidade local. Com esta iniciativa, espera-se alcançar uma série de resultados que não apenas elevem o uso do espaço, mas também ampliem o acesso e a eficiência das atividades de lazer e convivência.

A revitalização tem como objetivo fortalecer a integração dos serviços e atividades comunitárias, promovendo uma abordagem mais holística e coordenada no uso do espaço público. Isso inclui a melhoria da comunicação entre diferentes grupos sociais e a facilitação do acesso a atividades de educação ambiental e lazer. Tal integração é essencial para engajar os cidadãos e atender às diversas necessidades da população.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

O projeto de revitalização deverá prezar pela manutenção e conservação do espaço, garantindo sua integridade física e evitando maiores depreciações, além de preservar o bem público e otimizar a utilização dos recursos financeiros disponíveis.

A empresa contratada deverá atender a todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação e nos Projetos Arquitetônicos e Complementares, assegurando que a revitalização seja realizada com qualidade e eficiência.

A contratação deve resultar em práticas positivas, com a melhor execução das obras de revitalização, mantendo ou superando os padrões de qualidade já empregados no parque.

Destarte, a solução para a revitalização do parque engloba etapas constantes no cronograma físico-financeiro, de modo a adaptar o espaço e deixá-lo em condições mais modernas, atendendo aos padrões de acessibilidade e conforto ao público.

Finalmente, espera-se que a revitalização contribua para a valorização e o desenvolvimento da comunidade, através de um ambiente mais seguro, moderno e estimulante. Isso é fundamental para atrair visitantes e fomentar a participação cidadã nas atividades do parque.

Fica demonstrado que o projeto de revitalização é de extrema importância para a cidade, tanto do ponto de vista da qualidade de vida da população quanto da preservação da infraestrutura e do estímulo ao desenvolvimento econômico. Com um espaço revitalizado, a cidade poderá crescer de forma mais sustentável, atraindo mais visitantes e promovendo a geração de empregos e atividades na região.

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

11. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- a) Elaboração dos Projetos Arquitetônicos e Complementares, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, ou o complexo de obras objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- b) Disponibilizar servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido;
- c) Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- d) Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- e) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar a obra, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Projeto Executivo, Edital e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local da obra.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

Relacionadas ao objeto pretendido não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação. O processo licitatório será conduzido de forma independente e exclusiva, sem a necessidade de interromper os serviços de limpeza do lago, executado através do Contrato nº 46/2020 pela empresa Pelenz & Pelenz Prestadora de Serviços Ltda, o mesmo será mantido durante a execução da obra, visto que o Lago Municipal continuará em uso. A administração pública se concentrará apenas na contratação do objeto específico em questão, buscando atender aos requisitos técnicos e econômicos estabelecidos no edital de licitação.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais

Baseado nas questões de sustentabilidade, um dos requisitos iniciais é de identificar os aspectos ambientais associados às suas atividades, produtos e serviços previstos de serem executados os quais possa controlar e/ou possa influenciar. Assim, determinar os aspectos que tenham ou possam ter impactos significativos sobre o meio ambiente (aspectos ambientais significativos) gerando as ações de mitigação e controle a serem implementadas.

Considerando serviço de engenharia comum em questão, como impactos ambientais associados podemos elencar e destacar os possíveis impactos ambientais e a relação com a medida mitigadora:

- Geração de expectativas na comunidade
Medida saneadora/mitigadora: Divulgar amplamente sobre as ações e benefícios do serviço em questão.
- Aumento dos níveis de ruído
Medida saneadora/mitigadora: principalmente durante a execução do serviço, como forma de atenuar o impacto do ruído na área de entorno, toda atividade deve ser realizada em horário comercial, a fim de evitar desgastes com a comunidade.
- Geração de resíduos sólidos
Medida saneadora/mitigadora: principalmente durante a execução do serviço necessário, todo resíduo deve ser armazenado de forma adequada, e encaminhado para a coleta domiciliar do município. Para os resíduos da construção civil, prever os



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

usos de caçambas estacionárias e encaminhado a destinação ambientalmente correta.

- Alteração nas vias de trânsitos

Medida saneadora/mitigadora: em atenção aos maquinários durante o período da obra.

- Geração de emprego e renda

Medida saneadora/mitigadora: impacto ambiental positivo que não prevê medida mitigadora.

- Melhoria nas condições de saúde pública

Medida saneadora/mitigadora: impacto ambiental positivo que não prevê medida mitigadora.

Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

14. Gestão e Fiscalização

A fiscalização da obra ficará a cargo do corpo técnico de fiscalização técnico da Divisão de Estudos e projetos e a gestão ao órgão requisitante.

GESTOR DO CONTRATO: MAURO BUSANELLO

FISCAL DA OBRA: HULYAN BOLSONI MINOSSO

15. Posicionamento conclusivo (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 1º, XIII c/c § 2º e Decreto Municipal nº 8.266/2023 – Art. 34, Inciso XIII):

Trata-se de ação comum de engenharia, onde todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, cuja ação interfere nas atividades desenvolvidas na edificação. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Administração Pública não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra de REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL ARNALDO WENTZ DE MORAES, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de empresa de engenharia, para a execução da obra.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Dessa forma e, após o planejamento consignado neste estudo técnico e considerando a necessidade da execução dessa obra para atender às demandas específicas do município, a contratação dessa obra por meio de uma licitação se mostra uma opção vantajosa para a Administração Pública, por meio da Concorrência Eletrônica.

Esse procedimento possibilita selecionar a(s) empresa(s) ou organização mais adequada(s) para a execução do objeto, levando em consideração critérios técnicos, capacidade financeira e garantindo a transparência e competitividade no processo de seleção.

Declaramos, para os devidos fins, ter conhecimento do disposto no Artigo 11º, da Lei 14.133/2021, no qual preconiza que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia possibilitando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e que seja processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação de obra de engenharia comum para a execução da REVITALIZAÇÃO DO PARQUE MUNICIAPAL ARNALDO WENTZ DE MORAES com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Datado e assinado digitalmente.

Coronel Vivida, 07 julho de 2024.

Mauro Busanello
Secretária de Obras, Viação e Urbanismo

Hulyan Bolsoni Minosso
Divisão de Estudos e Projetos



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6523-2742-310F-9CFA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAURO BUSANELLO (CPF 309.XXX.XXX-72) em 24/07/2024 09:25:03 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



HULYAN BOLSONI MINOSSO (CPF 068.XXX.XXX-80) em 24/07/2024 09:31:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvvida.1doc.com.br/verificacao/6523-2742-310F-9CFA>